

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1422 | 05/03/2018 a 11/03/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



CÓDIGO FLORESTAL

A CONQUISTA DO AGRONEGÓCIO

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O agronegócio precisou, mais uma vez, mostrar a sua força e reconquistar o seu espaço. Apesar da contribuição para a economia nacional e sociedade brasileira, parte expressiva dos produtores correu o risco de cair na ilegalidade. O julgamento no Superior Tribunal Federal sobre pontos que questionavam o novo Código Florestal poderia significar um retrocesso nas conquistas já realizadas. Mas felizmente, os ministros da mais alta corte do país agiram certo e o campo segue com segurança jurídica para produzir.

Essa caminhada não foi fácil. Antes do primeiro dia de julgamento, em 8 de novembro de 2017, a FAEP já estava atenta à situação. Uma série de documentos e memoriais foram enviados aos ministros para subsidiá-los na tomada de decisão, que ocorreu a favor do campo. Esse é mais um caso de defesa dos interesses dos produtores rurais. E assim continuaremos trabalhando.

Aproveitando o ensejo, importante trabalho tem sido realizado por milhares de mulheres na cadeia produtiva. Elas fazem parte da engrenagem na máquina do agronegócio. Dentro ou fora da porteira, as mulheres já conquistaram seu espaço com eficiência e competência.

Por conta do Dia da Mulher, comemorado em 8 de março, o Boletim Informativo escolheu por contar cinco histórias. Mais do que reconhecer e homenagear o trabalho delas, o objetivo é que esses relatos inspirem.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti |
Conselho Fiscal: Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Cynthia Calderon
Redação e Revisão: André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1422:

Fernando Santos, Nelson Jr/STF, Syngenta,, Shutterstock, divulgação e arquivo FAEP.

ÍNDICE

CÓDIGO FLORESTAL

STF vota pela constitucionalidade da Lei que garante segurança jurídica aos produtores

PÁG. 4

FUNRURAL

Governo federal prorroga para 30 de abril o prazo para adesão ao programa de regularização

Pág.7

DIA DA MULHER

Cinco histórias inspiradoras de profissionais que fazem a diferença no agronegócio

Pág. 8

AGROQUÍMICO

Audiência aponta para o reforço na educação, assistência técnica e fiscalização no campo

Pág. 14

ENTREVISTA

Autor de livro sobre defensivos destaca o mito de que os produtos prejudicam a saúde

Pág. 18

CAVALOS

Atividade deixou de ser um hobby para movimentar cifras bilionárias pelo país

Pág. 22

Uma coisa leva a outra



O ano começou com excesso de chuvas em todo o Paraná, superando a média histórica em muitas regiões do Estado. O clima é uma variável determinante para a agropecuária. As consequências têm efeito em cadeia.

O primeiro reflexo foi o comprometimento da produtividade na fase de desenvolvimento das plantas e que resultou no atraso na colheita de grãos. Alguns estágios são decisivos para o desenvolvimento da soja, que não atingiu o potencial esperado e a estimativa para a safra de verão 2017/18 deve ser revisada para baixo. Algumas consultorias até já a fizeram. A umidade excessiva também refletiu em aumento da incidência de fungos, doenças e apodrecimento das vagens.

No embalo dos problemas ocorridos com a colheita de verão, a janela de plantio do milho safrinha ficou apertada, levando muitos produtores a desistirem e/ou arriscarem semear fora do calendário.

A situação exige sensibilidade do governo federal em relação a algumas medidas, como a revisão do calendário de Zoneamento Agrícola de

Risco Climático (Zarc) para alguns municípios. A demanda da FAEP foi atendida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a data limite aumentada em 20 dias para 170 cidades produtoras do milho safrinha. Mesmo assim, são necessários novos prazos, pois o excesso de chuva dificulta o avanço das colheitadeiras sobre a soja que ainda está no campo.

Aos que decidiram apostar no plantio do milho safrinha, o cenário quebrou totalmente o planejamento da safra. Os preços do cereal estão menos atrativos. A busca por sementes precoces aumentou na tentativa de redução do ciclo. Mas ninguém estava preparado com estoque de sementes suficientes para atender a essa demanda. Não há o tipo de semente que os produtores gostariam no mercado. E, mesmo que houvesse, pela própria tecnologia necessária, o custo é maior.

Ainda há produtores que decidiram apostar em variedades mais baratas, sem potencial genético de ponta. O resultado de todo esse histórico é uma produtividade baixa e com qualidade comprometida, atingindo diretamente o bolso do produtor. Todo mundo sabe que o agricultor utiliza o crédito agrícola para produzir e o endividamento com o banco vem com chuva ou sem.

Nesse contexto, temos dois perfis de produtores. Um que não fez o seguro e, inevitavelmente, arcará com as perdas e prejuízos. O segundo fez o seguro rural, mas dependerá também da capacidade de resposta do sinistro pela seguradora. Isso inclui

agilidade na perícia para liberação da área para outros manejos, o que exige, além de estrutura, planejamento.

O cenário é de incertezas. É aí que entra o papel do poder público em adotar medidas que ajudem o produtor rural a ter condições de se recuperar rapidamente para que as consequências não atinjam futuras safras. E, principalmente, a normalidade seja estabelecida o quanto antes, administrando melhor as perdas.

Até o meio do ano temos estoque de milho para atender a demanda, principalmente dos produtores de proteína animal. Depois disso, o mercado começará a sofrer os reflexos das chuvas de janeiro e fevereiro, com efeitos na suinocultura e na avicultura. E, isso poderá ser percebido na gôndola do supermercado.

Se olharmos o cenário de forma mais ampla veremos um câmbio mais baixo para exportações. Além das consequências da chuva na questão de infraestrutura e logística com dificuldade de beneficiamento pela umidade, as estradas vicinais que foram afetadas pelo alagamento dificultam o escoamento de produção.

Precisamos de ações que minimizem esses riscos. Como instituição que atua em defesa do produtor rural estamos fazendo a nossa parte. Até mesmo na cobrança do agricultor em investir em ações de conservação de solo e água, para que o impacto do alagamento seja minimizado, orientação, auxílio e parceria no crédito e no seguro agrícola e na eficiência da produção agropecuária. Na outra ponta constantemente cobramos e apresentamos soluções ao poder público.

Precisamos construir juntos alternativas para reduzir o poder dos impactos climáticos.

Agide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Manutenção do Código Florestal

Julgamento do Supremo Tribunal Federal, que considerou a maioria dos artigos da Lei 12.651/2012 constitucional, permite a agropecuária produzir com segurança jurídica. FAEP teve participação direta nesta conquista



O agronegócio nacional obteve uma importante conquista com benefícios para o presente e o futuro. No dia 28 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a maioria dos 39 itens, inclusive os mais polêmicos, em relação ao novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). A decisão, aguardada com expectativas por milhões de produtores rurais espalhados pelo país, permite que a produção no campo continue acontecendo com segurança jurídica. A FAEP acompanhou atentamente todo este processo.

“O STF agiu certo ao considerar que o Código Florestal é constitucionalmente válido nos principais pontos que poderiam colocar milhares de propriedades rurais na ilegalidade. O Brasil saiu ganhando porque sua agropecuária continuará com segurança jurídica. O meio ambiente também, porque agora tem regras claras no seu Programa de Regularização Ambiental (PRA)”, destacou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Dentre os principais pontos mantidos estão:

- Manutenção do marco temporal de 22 de julho de 2008, que considera as áreas consolidadas para efeito de recuperação ambiental;
- Constitucionalidade do artigo 67, definindo que a Reserva Legal (RL) de propriedades menores que quatro módulos fiscais é a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2018, não sendo necessária a recomposição da RL nessas propriedades;
- Mantém o Programa de Regularização Ambiental (PRA), e suspende a aplicação de multas cometidas antes de 22 de julho de 2008 relativas à supressão irregular de vegetação nativa em APP e RL, desde que o produtor faça a adesão ao PRA e cumpra os compromissos assumidos de recuperação;

- Para áreas maiores que quatro módulos fiscais, permite a possibilidade de soma das áreas de preservação permanente no cálculo para compor os 20% de Reserva Legal.

Ou seja, no geral, foram respeitados os acordos firmados a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR). “Uma das questões em julgamento era o marco temporal de 22 de julho de 2008, que considerava as áreas consolidadas para efeito de recuperação ambiental, e manteve a isenção de recuperação da reserva legal para propriedades até quatro módulos fiscais que causava grandes preocupações para as pequenas propriedades”, aponta Meneguette.

Participação da FAEP

O julgamento conjunto da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937, que questionam os dispositivos do Código Florestal, teve participação direta da FAEP.

“Desempenhamos nosso papel ao contribuir para esse importante debate, que poderia mudar a vida de milhares de produtores, levando a informação correta e organizada com subsídios que permitiram uma análise equilibrada de um tema tão delicado e relevante”, ressalta o presidente da FAEP.

Desde o início do processo, em novembro de 2017, a Federação vinha acompanhando os desdobramentos. No primeiro dia de julgamento, em 8 de novembro, quando o ministro Luiz Fux, único a votar, considerou inconstitucional a maior parte dos artigos que estavam sendo questionados, a FAEP preparou memoriais sobre o tema.

Na intenção de reverter o voto de Fux e mostrar aos outros 10 ministros a necessidade de manutenção do Código Florestal, o documento da FAEP detalhava os avanços obtidos sob os aspectos econômico, social e ambiental para o país.

Ainda, o memorial apontava que um eventual julgamento procedente “levaria a legislação questionada a uma condição de inaplicabilidade, uma vez que a norma reuniu etapas de um procedimento complexo de regularização ambiental, visando aumentar a cobertura vegetal de áreas desmatadas, principalmente em áreas de preservação permanente”.

Especificamente sobre o primeiro voto, do Ministro Fux, que considerou inconstitucional os artigos, o memorial elaborado pela FAEP apontava: “importante esclarecer a constitucionalidade da data de 22 de julho de 2008. Com o devido respeito, diferentemente do alegado pelo Ministro Fux, há uma lógica normativa na adoção dessa data como marco temporal. É nesse dia que entrou em vigência o Decreto 6514/2008, que disciplinou de forma mais severa as condutas administrativas potencialmente lesivas ao meio ambiente. Portanto, a consciência ambiental a partir desse momento deve ser cobrada da mesma forma. Tanto que em outras manifestações no próprio voto, o próprio Ministro Fux reconhece a constitucionalidade em outros dispositivos”.



Umuarama



Cascavel



Maringá



Brasília

Quando o julgamento foi retomado, nos dias 21 e 22 de fevereiro, os votos dos demais ministros acabaram empatando o julgamento -- algumas questões no todo e outras parcialmente --, restando ao ministro Celso de Mello o desempate. Novamente, a FAEP produziu material e entregou ao magistrado, com o objetivo de subsidiá-lo na tomada da decisão. O trabalho teve resultado, e no dia 28 de fevereiro, o voto decidiu a favor dos produtores rurais.

Longo processo, conquista merecida



Capacitação de técnicos e produtores em todo o Estado

O novo Código Florestal é uma conquista importante do agronegócio, também com participação direta da FAEP na construção da Lei. Para chegar até a aprovação final foram 13 anos de intensas discussões e debates. Embora não tenha agradado, na sua totalidade, ambientalistas e produtores rurais, a Lei é considerada equilibrada por ter como principal diferencial a possibilidade de poder ser cumprida, diferente da anterior, que deixava propriedades completamente inviáveis economicamente.

O novo Código estabelece normas gerais sobre a proteção e exploração de florestas e parâmetros para a delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), além de criar dois mecanismos de regulamentação o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Por saber da importância do novo Código Florestal para que milhares de produtores paranaenses pudessem produzir dentro da legalidade, o Sistema FAEP/SENAR-PR, com instituições parceiras, organizou uma força-tarefa para a aprovação. Técnicos e especialistas se debruçaram sobre o antigo Código Florestal, de 1965, para estudar seus pontos e os impactos futuros para a produção agropecuária no Paraná. A antiga legislação era considerada inviável, além de deixar milhares de propriedades na ilegalidade. Muitos produtores, principalmente pequenos, teriam a necessidade de abrir mão de suas áreas produtivas, tornando-a inviável economicamente. Assim, especialistas foram a Brasília para participar das discussões no Congresso Nacional, mostrando a importância da agropecuária para a economia brasileira e o eventual

problema social, caso a legislação não fosse debatida.

Cada etapa da discussão teve a elaboração de cartilhas, materiais didáticos e informativos sobre o andamento do processo, além do acompanhamento pela FAEP. Conseqüentemente, os produtores rurais também eram constantemente informados.

Além da participação do novo documento, a FAEP, junto com os produtores, foi para rua. Dirigentes e técnicos da entidade percorreram todas as regiões do Estado realizando palestras de esclarecimento. A entidade paranaense também levou milhares de produtores a Brasília, para uma manifestação em prol do novo Código Florestal.

Pós-aprovação

O trabalho da FAEP não terminou após a aprovação do novo Código Florestal. Ao contrário, foi intensificado. Com as regras definidas, a entidade paranaense produziu informativos para atualizar os milhares de produtores do Estado. Ainda, técnicos da entidade realizam palestras em todas as regiões para capacitar técnicos, funcionários de sindicatos rurais e de prefeituras, instrutores, Emater, Fetaep, policiais ambientais, profissionais liberais, cartorários, bancos e órgãos ambientais para a inscrição do CAR. No total, mais de 4 mil profissionais foram treinados.



Produtores participaram do debate da regulamentação estadual

Na esfera estadual, a FAEP colaborou com o governo para o desenvolvimento de uma regulamentação local. Técnicos participaram da construção da Lei 18.295/2014, que instituiu o Código Florestal no Paraná, e do Decreto 2711/2015, que implantou o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado. O Decreto revisa os termos de compromissos assinados no antigo Sistema Estadual de Registro da Reserva Legal (Sisleg) e estabelece que todos os termos de compromissos devem ser revistos e adequados ao novo Código Florestal.

“Tudo isso por entender que o novo Código Florestal é uma importante conquista para o setor, que apesar de continuar cercado por uma rigorosa legislação ambiental, tornou viável a produção agropecuária e a preservação ambiental” avaliou, na época, Meneguette.

Novo prazo para o Funrural

Governo federal prorroga para 30 de abril a data de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural

Os produtores rurais têm até dia 30 de abril para aderir ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), também chamado de 'Refis Rural'. No dia 28 de fevereiro, então prazo final, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram a Medida Provisória 803/17, que alterou a data. A decisão foi sancionada pelo presidente Michel Temer por meio da Lei 13.630, publicada no Diário Oficial de 1º de março de 2018.

Não houve alteração dos demais pontos do programa de parcelamento:

- Poderão aderir os produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) e os adquirentes de produtos rurais que estejam em débito para com o fisco quanto ao FUNRURAL;
- O prazo para adesão é até 30 de abril (Art. 1º, § 2º);
- Poderão ser renegociados todos os débitos vencidos até 30 de agosto de 2017 (Art. 1º, § 1º), com isenção de juros de mora;
- Para aderir ao PRR, o contribuinte terá que desistir de eventual ação judicial ou de recurso administrativo, renunciar ao direito de ação e requerer a extinção da ação, ficando isento do pagamento dos honorários advocatícios (Art. 5º);
- No caso de depósito judicial, à adesão ao PRR estará condicionada a desistência da ação e os valores dele constante serão automaticamente transformados em pagamento definitivo (Art. 6º);
- Quem aderir ao PRR e deixar de pagar as parcelas será excluído do Programa, exceto nos casos dessa motivação ter sido ocasionada por

queda significativa da safra decorrente de questões extremas (situação de emergência, estado de calamidade) (Art. 10).

Valores que poderão ser incluídos no PRR:

- 100% do FUNRURAL não recolhidos até 30/08/2017 e multa de mora. O valor será consolidado na data do requerimento de adesão ao PRR, de acordo com regras a serem divulgadas pela Secretaria da Receita Federal nos próximos dias.

Formas de pagamento do parcelamento:

- Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica
- 2,5% do valor total da dívida, em até duas parcelas mensais e sucessivas;
- Saldo em 176 parcelas mensais, no valor de 0,8% da média mensal da receita bruta da comercialização da sua produção no ano anterior, sendo no valor mínimo de R\$ 100,00 mensais.
- Após as 176 parcelas, eventual valor residual poderá ser pago em 60 parcelas.
- Subrogados: Adquirentes e Cooperativas
- 2,5% do valor total da dívida, em até duas parcelas mensais e sucessivas;
- Saldo em 176 parcelas mensais, no valor de 0,3% da média mensal da receita bruta da comercialização no ano anterior, sendo no valor mínimo de R\$ 1.000,00 mensais, sem a necessidade de apresentar garantias.
- Após as 176 parcelas, eventual

valor residual poderá ser pago em 60 parcelas.

Redução da alíquota do Funrural a ser pago por todos os produtores rurais pessoas físicas

A alíquota do FUNRURAL para o produtor pessoa física, a partir de 1º de janeiro de 2018, fica reduzida de 2,1% para 1,2% do valor da comercialização da sua produção rural.

Foi vetada pela Presidência da República a redução para o produtor pessoa jurídica, permanecendo a alíquota de 2,5%.

Retenção e recolhimento do Funrural, Sat e Senar

Permanece obrigatória a retenção e o recolhimento do FUNRURAL, SAT e contribuição SENAR pelo adquirente de produtos rurais dos produtores rurais pessoas físicas, observando-se as seguintes alíquotas:

- 1,2% FUNRURAL
- 0,1% SAT
- 0,2% SENAR

Não houve alteração na forma de recolhimento.

Opção de tributação a partir de 2019

A partir de janeiro de 2019, tanto o produtor rural pessoa física ou a pessoa jurídica empregadora poderão optar pelo recolhimento do FUNRURAL pelo valor da sua comercialização ou pela sua folha de salários. A opção deverá ocorrer em janeiro de 2019, de acordo com regras a serem ainda divulgadas.



Elas fazem o agro girar

Conheça histórias inspiradoras de mulheres que integram as engrenagens do setor que leva o Brasil adiante

Por Antonio Senkovski

Preparar a terra para o plantio, indicar o melhor defensivo para as lavouras, controlar a qualidade dos grãos de uma cooperativa, transportar produtos para o porto e controlar todo o fluxo de veículos e navios do segundo maior terminal do Brasil. Essas são atividades ainda consideradas, por parte das pessoas, para o exercício dos homens. Na semana do Dia Internacional das Mulheres, no entanto, o Boletim Informativo traz histórias de cinco mulheres que fazem diariamente essas tarefas. Em cada elo da cadeia produtiva, elas representam milhões de brasileiras, peças fundamentais das engrenagens do agronegócio, responsável por levar o país adiante.

Exemplos esses que traduzem o que números têm mostrado cotidianamente. O protagonismo da mulher sempre esteve presente na atividade, mas se tornou mais evidente

nos últimos anos, quando começaram a aparecer no noticiário, pesquisas e trajetórias inspiradoras. A Associação Brasileira de Marketing Rural, por exemplo, aponta que, em 2017, 30% dos cargos de comando na área eram ocupados por mulheres (há cinco anos, o índice era de 10%).

E se engana quem pensa que as mulheres das histórias a seguir são exceção. No campo, nas estradas, nos escritórios, nos pátios e onde mais haja agro, lá estarão elas. É o que mostra o estudo “Todas as Mulheres do Agronegócio”, realizada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). O levantamento, apresentado no 2º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio em 2017, sinaliza que o universo de mulheres do agro é composto por 59,2% de sócias e/ou proprietárias, 30,5% funcionárias e/ou colaboradoras e 10,4% ocupam cargos de diretoria, gerência, administração ou coordenação.



“Temos que resgatar as mulheres e colocá-las em um patamar elevado na agricultura”

Cecília Falavigna,
agricultora

Na lavoura

A agricultora Cecília Barros de Melo Falavigna mora em Florai, no Noroeste do Paraná, e cultiva mais de 700 hectares de soja. Nos últimos dois anos, ela venceu um concurso de produtividade da Syngenta, o PIN, o que a fez ficar conhecida por muitos como a ‘Rainha da Soja’. Mas, independentemente das 92 sacas de oleaginosa por hectare que lhe conferiram o título, Cecília está realizada mesmo com a oportunidade de servir de exemplo e mostrar para outras pessoas, especialmente mulheres, que é possível perseguir e realizar sonhos. “Não faço nada para me vangloriar. O que adianta eu só fazer bem feito para mim se não vai surtir efeito a ponto de inspirar outras pessoas?”

Antes de chegar aos resultados expressivos de hoje, Cecília teve um início de grandes desafios na agricultura. Ela começou na atividade há cerca de 20 anos, depois que o marido faleceu. Diante da missão de aprender como tocar uma propriedade agrícola, não pensou duas vezes: largou o ofício de professora para se dedicar a terra. “Apesar de não entender muito bem no começo, procurei informações, fui à cooperativa, me cerquei de pessoas que me deram apoio e conhecimento. Assim, aos poucos, aprendi a lidar com a terra e tudo o que precisava fazer”, diz.

Ainda hoje, Cecília conta que não é tão comum ver mulheres trabalhando na produção de grãos. No passa-

do era ainda mais difícil. Apesar de em situações pontuais ter encontrado preconceito por ser mulher, ela relata que teve nos seus funcionários grandes aliados para superar cada dificuldade. Aliás, os trabalhadores na propriedade são os mesmos desde o início. “A mulher às vezes pensa que não é capaz de fazer as coisas, mas não é assim. Olho para trás e penso: puxa, sou capaz. Me deixa orgulhosa saber que estou aqui, produzindo, e isso está me dando resultado. Sou uma pessoa feliz, com toda a família e os funcionários, até porque não conseguimos fazer nada sozinhos”, ensina.

Na extensão

A engenheira agrônoma Silvana da Silva Siqueira mora em Campo Mourão, na região Centro Ocidental do Estado, e trabalha na cooperativa Unicampo-UPL. A profissional descobriu sua vocação pela vivência em uma das regiões produtivas mais importantes do Brasil. Desde que se formou, em 2009, tem presenciado e protagonizado uma mudança no agronegócio: cada vez mais mulheres são vistas atuando na área. “No começo da minha carreira, tive a impressão que existia resistência por parte dos homens quando viam uma mulher em campo. Mas, com o decorrer do tempo, isso foi superado”, conta.

Hoje, Silvana lida diretamente com produtores rurais e diz que não há qualquer preconceito pelo fato de



“Somos iguais aos homens e, em algumas coisas, até mesmo a mulher se sobressai”

Silvana Siqueira,
engenheira agrônoma

ser mulher. Pelo contrário, a presença feminina é um aspecto positivo, pois possibilita um complemento de visões com os homens. Ela atua no campo, desde a demonstração de quais insumos utilizar, até a participação em dias de campo, tours, palestras, treinamentos com agrônomos. “Hoje, não é questão de ser homem ou ser mulher, é questão de vontade, de ir atrás do que quer”, opina.

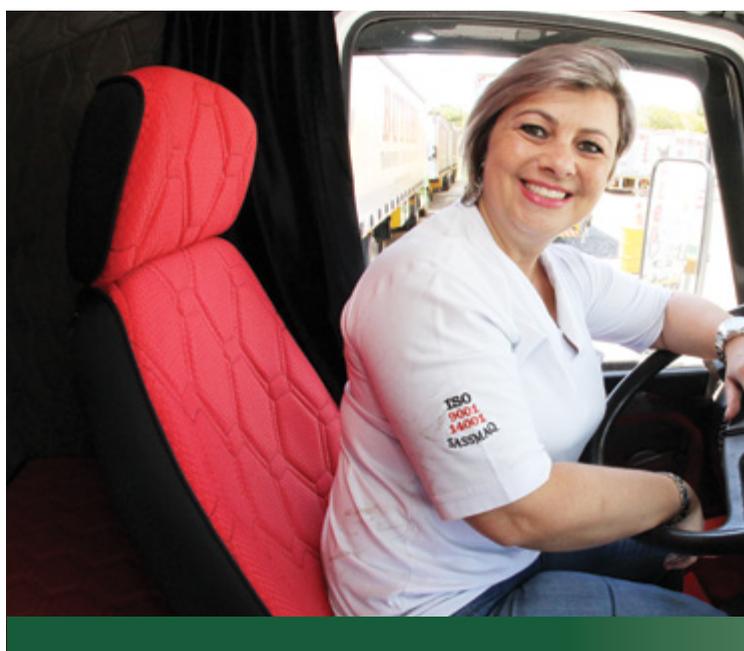
A profissional incentiva que mais mulheres busquem carreiras no agronegócio, pois é uma área que precisa de pessoas qualificadas e com entusiasmo para ajudar a desenvolver o setor. “Hoje, estou vendo as oportunidades e a quantidade de mulheres que está entrando no campo. Sabemos que é um mercado em franco crescimento.”

Na estrada

A administradora Fernanda Buturi Mellem é uma das responsáveis por girar as cargas de 200 caminhões da transportadora da família por todo o Brasil. O agro abocanha uma importante fatia do negócio familiar. A empresa é uma das que prestam serviço, por exemplo, à Coamo, maior cooperativa da América Latina. “Temos cargas para diversos lugares, como o Porto de Paraguá. Vamos para onde for preciso”, explica.

A paixão pela estrada pulsa também nas veias da

profissional. Esse inclusive é um argumento que Fernanda usa para motivar uma equipe de centenas de funcionários, todos homens, na oficina mecânica, borracharia, pintura ou na boleia dos veículos. Por onde passa para colocar a mão na massa na companhia, ela





“A mulher no agro 6 uma for7a a mais para fazer com que rode a engrenagem desse pa6s”

Alexandra M6ras,
coordenadora de
qualidade de gr6os

6 cumprimentada e faz quest6o de conversar com cada pessoa em tom de descontra76o. “Ainda existe a imagem de que caminh6o 6 coisa de homem. Mas na minha opini6o isso n6o tem rela76o. Nunca tive problemas de preconceito no meu dia a dia”, comenta.

Al6m de gostar do contato di6rio com as atividades que envolvem o cuidado com os caminh6es, Fernanda tamb6m 6 apaixonada por dirigir. Sempre que pode, manobra os ve6culos pelo p6tio e sai para passeios com sua carreta Scania 113 pelas estradas da regi6o. “Eu acho que esse neg6cio do sexo n6o interfere. A pessoa tem que meter a cara e ir atr6s do seu sonho, lutar para conseguir, se impor, ser firme e n6o desistir. Eu mesmo quando fui fazer a carteira para dirigir caminh6o teve coment6rios de que n6o iria conseguir. Mas eu insisti e alcancei meu objetivo”, aconselha.



“Fa7a o que o teu cora76o quer. Meta a cara que o futuro 6 nosso”

Fernanda Buturi,
administradora

Na cooperativa

Alexandra M6ras 6 respons6vel pelo controle de qualidade de gr6os da Cooperativa Castrolanda, em Castro, nos Campos Gerais. Doutora em Ci6ncia e Tecnologia de Alimentos, P6s Colheita de Gr6os, pela Universidade Federal de Pelotas (UFP), no Rio Grande do Sul, ela coordena um time de 30 pessoas, formado majoritariamente por homens. “N6o tem diferen7a por ser mulher, todos me respeitam muito. Busco liderar pelo exemplo e sempre levo em considera76o que tenho 30 fam6lias que dependem do meu comando para terem suas necessidades garantidas”, revela.

A coordenadora lembra que quando iniciou sua car-

reira no agronegócio, há cerca de 10 anos, a presença feminina era mais incomum na área. Hoje, segundo ela, é possível ver mulheres em diversos segmentos da empresa, incluindo em espaços como armazéns – onde a imagem inicial é de um trabalho masculino. “Vejo esse movimento de maior participação feminina também nos grupos de faculdades que fazem visitas. O fato de termos diversas estagiárias na área também demonstra uma mudança de paradigma.”

Alexandra se orgulha por presenciar a quantidade de mulheres com brilho nos olhos no agronegócio. “As mulheres estão em busca de formação. Somos cabeças pensantes, inovadoras, participativas, queremos descobrir as coisas. A mulher é capaz, e apesar de ainda sermos poucas em algumas áreas do agronegócio, nós fazemos a diferença. Temos que nos impor, sermos firmes em nossas colocações e seguirmos em frente.”

Na exportação

No Porto de Paranaguá, o movimento em terra e no mar é rigorosamente controlado, como um relógio que exige calibragem perfeita. Por trás desse vai e vem de cargas está a assistente técnica administrativa Paula

Werner Linhares, que atua na Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). “Meu setor é extremamente dinâmico, pois está relacionado a operações de carga e descarga dia e noite. Vai desde a fiscalização da faixa [onde ocorre o trânsito para carga e descarga] até a análise da programação de veículos e navios autorizados a entrar e sair”, compartilha.

Formada em administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paula começou sua relação com o Porto ainda quando criança. Seu pai trabalhava no complexo e ela já conhecia a estrutura física e um pouco do funcionamento do local. “Sempre gostei muito de vir no Porto. Quando abriu o concurso, abracei. No concurso só eu e mais uma mulher fomos chamadas entre 13 convocados. Não tive dificuldade de adaptação. Os funcionários aqui também me acolheram muito bem”, lembra.

No setor onde Paula trabalha há cerca de 40 colaboradores, sendo apenas duas mulheres. “A partir da minha experiência posso falar que o fato de ser mulher não interfere. Por isso, digo às mulheres que aquilo que elas acham que têm talento para fazer, devem persistir, seja num ambiente mais masculino ou não. Só vai fazer um bom trabalho quem seguir sua vocação”, aconselha.



“As mulheres devem seguir seus talentos, não importa a área”

Paula Linhares,
assistente técnica
do Porto

Parceria láctea

Aquisição de parte de empresa paranaense por gigante norte-americana favorece produtores de leite do Estado



dia. Além do queijo muçarela, a Leprino é um importante fabricante mundial de proteína de soro de leite, lactose e outros ingredientes lácteos. Por meio da parceria com a Picnic, ela deve aumentar sua participação, não só no Brasil, mas também no mercado latino-americano.

Apesar do sucesso comercial e das cifras expressivas, a Leprino é uma empresa familiar e permanece comprometida com os mesmos valores de empreendedorismo que ajudaram a construir sua reputação. “Houve muita similaridade nas políticas e na visão de negócio, pois também somos uma empresa familiar”, afirma Gallassini.

Segundo o executivo, antes de adquirir parte da Picnic, a norte-americana visitou outras 20 empresas brasileiras. “Ela buscou o Paraná por ser o segundo maior produtor de leite do país e pelo histórico de busca pela qualidade,

que encontrou na Picnic”, diz.

Hoje a empresa paranaense possui unidades em Santa Isabel do Ivaí, Guaraniaçú, Santa Maria do Oeste e Nova Esperança do Sudoeste, além da sede em Tapejara, estrutura que permite receber e processar matéria-prima fornecida por 1,5 mil produtores de diversas regiões do Estado. “Em breve iremos iniciar um projeto para premiar o produtor pela qualidade do leite, pagando preços melhores”, afirma Gallassini. Essa política, segundo ele, deve ter início no segundo semestre deste ano.

Além disso, uma nova unidade deve ser inaugurada dentro de um ano no município de Enéas Marques, na região Sudoeste do Paraná. Ou seja, a parceria está fortalecendo a cadeia láctea paranaense, trazendo novas e boas oportunidades para os produtores de leite do Paraná.

Outro fruto da parceria é o intercâmbio técnico. “A Leprino tem um modelo avançado de produção e está trazendo isso para cá. Técnicos de fora estão vindo e funcionários da Picnic estão indo para os EUA fazer cursos”, explica.

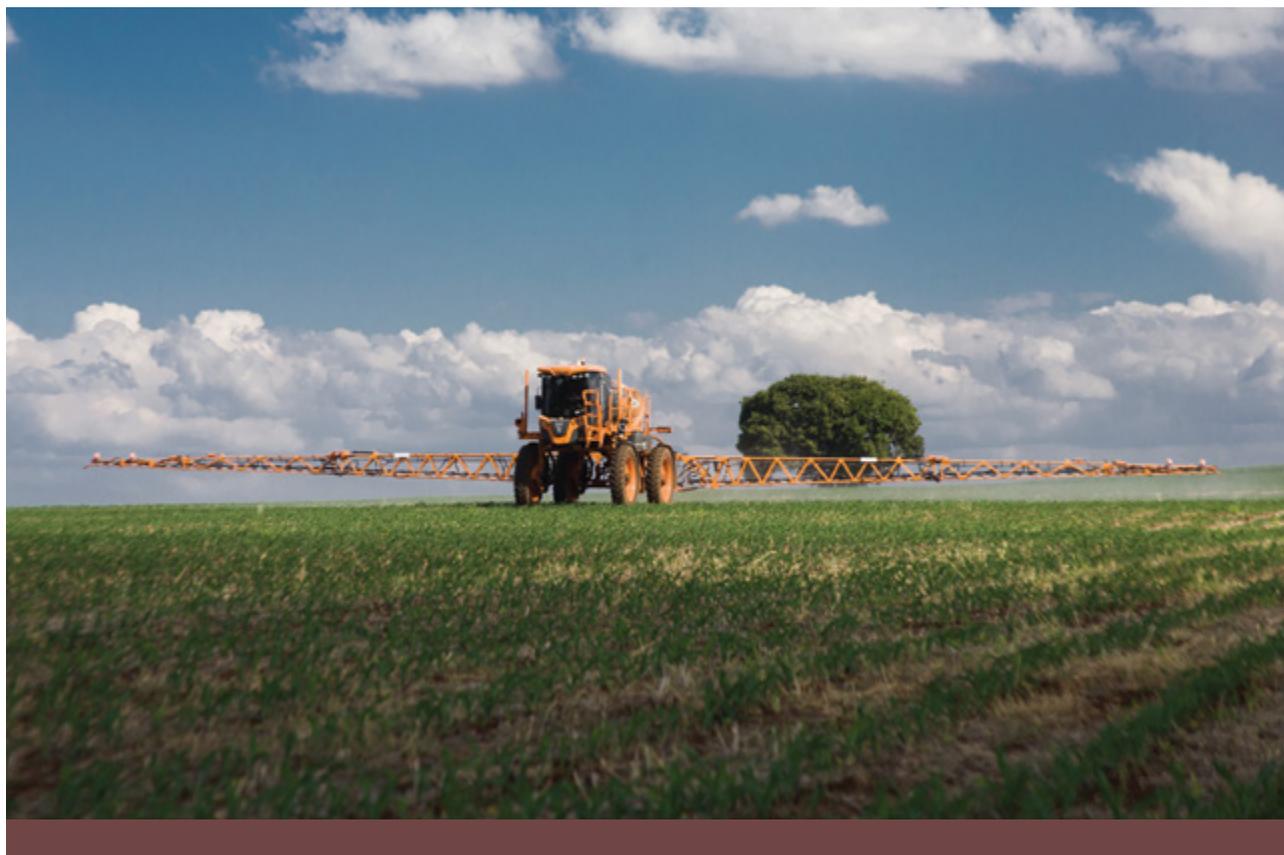
A qualidade dos produtos e a similaridade nas políticas de negócios foram fatores decisivos para formalizar uma parceria entre uma empresa de produtos lácteos do interior do Paraná e a maior produtora de queijo muçarela do mundo. Em janeiro de 2018, a operação de aquisição de 49% da empresa de queijos e produtos lácteos Picnic, com sede em Tapejara (região Noroeste), pela Leprino Foods Company, localizada em Denver, nos Estados Unidos, completou um ano.

Segundo o diretor presidente da Picnic, Marco Antônio Gallassini, os norte-americanos buscaram um parceiro brasileiro de olho no mercado de queijo muçarela para pizza. O encontro das duas empresas se deu por meio de um cliente multinacional em comum. “A gente não pode citar nomes, mas é um cliente nosso importante que também é da Leprino”, conta Gallassini. Hoje os EUA são o principal mercado mundial de muçarela, com o Brasil em segundo lugar no ranking, com bastante espaço para crescer.

Com mais de 4 mil funcionários em sete países, a gigante norte-americana processa 15 milhões de litros de leite por

Uso correto de agroquímico

Durante audiência pública, especialistas debateram a necessidade de reforçar a educação, assistência técnica e fiscalização no campo



No final de fevereiro, o uso correto de agroquímico no Paraná esteve em debate. Em uma audiência pública convocada pelo deputado estadual Rasca Rodrigues (PV-PR), presidente da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), no dia 27 de fevereiro, políticos, especialistas e representantes de entidades públicas e privadas apontaram argumentos sobre a ‘aplicação de agrotóxicos em torno de cidades e aglomerados urbanos’. A discussão caminhou para a necessidade do reforço da capacitação e assistência técnica no campo, principalmente junto aos pequenos produtores, além da maior fiscalização na comercialização e aplicação dos produtos.

Atualmente, no Brasil, existem cerca de 1 milhão de pulverizadores e 400 mil tratores, que precisam ser manuseados de formas corretas para que a aplicação seja eficaz. “Precisamos ensinar aos produtores como seguir as boas práticas agrícolas, pois quando bem orientado, o agricultor

cumpra as normas com rigor”, ressalta José Otávio Menten, professor da Universidade de São Paulo (Usp), secretário de defesa do meio ambiente do município paulista de Piracicaba e consultor da FAEP. “Se a aplicação for feita com equipamentos regulados periodicamente e conforme exige a lei, não existe risco de deriva, de o produto sair para outras propriedades e/ou para cidades”, garante o coordenador do programa de fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), João Miguel Tosato.

O engenheiro agrônomo e consultor da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Guilherme Guimarães, utilizou o exemplo de países como Japão e Holanda, que proporcionalmente as áreas que cultivam são grandes consumidores de defensivos agrícolas no mundo, para comprovar que o uso correto e consciente é o caminho para evitar problemas no próprio meio rural, ao meio ambiente e nas cidades próximas às lavouras. “O tripé capacitação,



José Mentel afirmou que muitas propriedades podem se tornar inviáveis

assistência técnica e fiscalização sustenta a boa aplicação. Essa é a base para o uso correto sem deriva [quando o produto passa para outra área]”, aponta.

Inviabilidade

Uma eventual restrição ao uso de agroquímicos, além das leis já existentes, irá inviabilizar a produção de alimentos em parte significativa das pequenas propriedades do Paraná, garantem os especialistas. “O não uso de tecnologias, como os defensivos que são desenvolvidos com muita ciên-



Guilherme Guimarães utilizou exemplos de aplicação em outros países

Capacitação como solução

Na certeza que a capacitação do produtor é o melhor caminho para o uso correto de agroquímicos, o SENAR-PR contribui diretamente para o processo. O curso ‘Aplicação de agrotóxico’, que faz parte do catálogo da entidade, é o mais procurado há anos.

Desde 1993, quando o SENAR-PR foi criado, 13,7 mil turmas foram realizadas, com a participação com mais de 165 mil produtores e trabalhadores. Somente em 2017 foram 492 cursos nas diversas regiões do Estado, no total de 5,6 mil participantes.

“Isto é reflexo da nossa constante preocupação com o bem-estar e segurança dos produtores e trabalhadores rurais, além da conservação do meio ambiente e cuidado com a sociedade”, diz o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Agide Meneguette, lembrando que o ‘Aplicação de agrotóxico’ foi o primeiro curso do catálogo da entidade paranaense.

cia a partir de rigorosos estudos agrônômicos, ambientais e toxicológicos, irá derrubar em até 50% a produtividade. Isso será um desastre social e econômico, pois o resultado inclui queda na renda, desemprego e pobreza”, destaca Mentel. “Os produtos disponíveis no mercado, registrados pelo Mapa [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento] são de boa qualidade. Se existem problemas colaterais, está no seu uso. Voltamos para a necessidade do bom preparo dos produtores”, afirma.

Durante o debate na Assembleia, a Lei Municipal 6.484/2015, de Cascavel, foi apresentada. A legislação estabelece 300 metros de distância das áreas de pulverização de locais como postos de saúde, núcleos populacionais e centros educacionais. Ainda conforme a Lei, outra alternativa é formar uma barreira verde, o que reduz a distância para 50 metros de divisa com esse tipo de estabelecimentos urbanos. “Essa cortina vai tornar inviável as propriedades da Região Metropolitana de Curitiba”, garante o produtor Luiz Alves Fontes, de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. “Está aí a Holanda e o Japão para provarem que o principal é a aplicação correta. Por lá, a distância de aplicação é de apenas dois metros [de áreas urbanas]. Aqui, querem implantar centenas de metros”, ressalta Guimarães.

Ainda, o consultor da Ocepar lembra que parte dos alimentos é produzida em pequenas propriedades, o que geraria outros desdobramentos para sociedade. “Além dos produtores, os consumidores também serão punidos. Se tiver restrição [no uso dos agroquímicos], população irá sofrer no bolso”.

Pragas

O fato de o Brasil ser um país com clima tropical potencializa a ocorrência de pragas e doenças no campo. A ferrugem asiática, que ataca principalmente as lavouras de soja, não está presente em grandes produtores mundiais de oleaginosa, como Estados Unidos e China. Assim, o uso de agroquímicos na quantidade e forma corretas se faz necessário para garantir a produção de alimentos

“As pragas agrícolas impedem que bons materiais ve-

getais produzam até 40% menos que seu potencial. Nos últimos anos evoluímos muito na área de tecnologia, tanto que o aumento da produção é em decorrência do aumento da produtividade. Precisamos recorrer a essa tecnologia, a partir do uso correto”, garante Menten.

De acordo com dados do Consórcio Antiferrugem, coordenado pela Embrapa Soja, o Brasil contabiliza 504 casos de ferrugem asiática, até o final fevereiro, na atual temporada. Na safra 2016/17, o país registrou 415 ocorrências.



Plante Seu Futuro reduz aplicação nas lavouras

Desde 2013, em parceria com diversas entidades como o Sistema FAEP/SENAR-PR, o governo estadual promove a campanha Plante Seu Futuro, com o objetivo de fomentar as boas práticas agrícolas por meio de ações permanentes de divulgação de conhecimentos, uso de tecnologias agrícolas e capacitação profissional de técnicos e produtores.

O programa é um dos alicerces para elevar o patamar de sustentabilidade econômica e ambiental do Paraná, um dos principais produtores de grãos do país. A meta é utilizar tecnologias que proporcionam baixa emissão de carbono e uso racional de insumos agrícolas.

Nesta linha, o SENAR-PR promove o curso Inspetor de Campo em MIP – Soja, que aplicam os protocolos do Manejo Integrado de Pragas (MIP). Durante a safra 2016/17, 18 turmas, no total de 186 produtores e trabalhadores rurais, espalhadas pelo Estado, realizaram o monitoramento das pragas e

outras técnicas ensinadas durante o curso. O resultado, das áreas monitoradas que somaram quase 2,3 mil hectares em todas as regiões, foi de 1,92 aplicação, em média, enquanto a média estadual, sem a adoção de MIP, é de quatro aplicações.

Na atual temporada, são 28 turmas em andamento com 421 participantes no curso de Manejo Integrado de Pragas. Para a próxima safra, já existe a previsão de 35 turmas em diversas regiões do Estado.



Os caminhos para o leite

Aliança Láctea Sul Brasileira realiza primeira reunião de 2018 e alinha estratégias futuras



Os representantes do setor lácteo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reuniram-se no último dia 1º de março, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, para a primeira reunião de 2018 da Aliança Láctea Sul Brasileira. A entidade representativa tem por objetivo alinhar as ações para o desenvolvimento do setor leiteiro da região Sul do país, que responde por mais de um terço da produção nacional.

Além de representantes da indústria, dos produtores e de diversas entidades ligadas à essa atividade, a reunião contou com participação do secretário de Estado da Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, e do secretário catarinense da Agricultura, Airton Spies, além do assessor técnico Fernando Groff, que na ocasião representou o secretário estadual de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Segundo Ronei Volpi, atual coordenador geral da Aliança Láctea Sul Brasileira, desde que a entidade foi formalizada, em 2014, o setor passou por maus momentos, como o ano de 2017, quando a recessão econômica afetou o consumo de produtos lácteos mais elaborados, reduzindo o preço da matéria prima e consequentemente afetando os ganhos dos produtores. “Essa não foi a primeira nem a última cri-

se que enfrentamos. Mais do que nunca, temos que trabalhar em conjunto”, afirmou.

Na visão dos participantes, está em curso um deslocamento da produção nacional de leite do Sudeste para o Sul. “Hoje a nossa região responde por 38% da produção. Em 2023 metade do leite brasileiro virá do Sul”, apontou Spies. Neste cenário, é necessário um equilíbrio fino entre oferta e demanda para absorver a produção excedente. “Temos que nos conectar ao mercado global para absorver essa situação, no passado, como não havia válvula de escape para o mercado

externo, houve crise nos preços”, avaliou.

Com isso, é necessário trabalhar com foco na exportação de produtos lácteos, em especial queijos, leite em pó e manteiga. Na visão do secretário catarinense, para atingir esse objetivo é preciso buscar três fatores: maior qualidade no leite, custo de produção competitivo e uma cadeia logística capaz de atender esse mercado.

Na opinião do secretário de Agricultura do Paraná, para que a cadeia láctea cresça como um todo, é preciso qualificar seus elos. “Por que a cadeia do peixe dá certo? Porque se organizou, e em poucos anos já estava exportando. Precisamos criar um ambiente para pensar o leite como algo viável em curto prazo”, avaliou Ortigara.

Dentre os encaminhamentos que irão nortear as próximas ações da Aliança Láctea estão a consolidação da região Sul como eixo produtor em relação ao mercado brasileiro e a sua preparação para se tornar um player global, a necessidade de uma participação mais efetiva da indústria nesse processo e, por fim, a harmonização das estratégias de defesa sanitária entre os três Estados do Sul.

A próxima reunião da Aliança Láctea deve ocorrer em maio deste ano em Chapecó (SC).

“Alimentos convencionais são extremamente seguros”

Autor do livro ‘Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo’ garante: visão de que defensivos agrícolas são vilões não passa de mais um mito que prejudica o agronegócio



O jornalista especializado em agronegócio Nicholas Vital é um dos nomes mais lembrados quando o assunto é o uso de defensivos na agricultura. Conseguiu essa relevância graças ao livro ‘Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo’, lançado no ano passado. De lá para cá, a obra rapidamente ganhou os holofotes e se tornou assunto obrigatório nas rodas de discussão sobre agronegócio. Ao tratar de um dos principais mitos que envolvem a cadeia produtiva – o de que os agroquímicos são um mal a ser combatido –, Vital traz à tona uma série de questões a respeito do futuro do setor. O autor fala sobre alguns deles nesta entrevista exclusiva, concedida ao Boletim Informativo.

BI: Sobre o livro, como surgiu a ideia?

NV: Eu sou de São Paulo, urbano e cresci ouvindo histórias sobre agrotóxicos, venenos, intoxicação e todo es-

ses mitos que a gente já conhece. Só que ao entrar nesse mundo do agro e passar a visitar fazendas e conhecer produtores, falar com agrônomos, eu vi que a realidade é bem diferente. Eu não via ninguém passando mal no campo, pessoas com doenças. O que eu via era o defensivo agrícola como um insumo fundamental para a produção. E as pessoas no campo têm no produto uma ferramenta de trabalho que deve ser bem utilizada de acordo com as recomendações. E a ideia do livro surgiu porque isso é muito diferente daquilo que vemos no dia a dia dos jornais, na televisão. Então resolvi contar essa história e para isso eu entrevistei mais de 50 especialistas entre médicos toxicologistas, engenheiros agrônomos, biólogos, entre outros.

Quais foram as principais conclusões que você tirou com o livro?

Uma delas é que essa história está muito mal contada. Existe, sim, muito problema, mas devido ao uso incorreto dos agrotóxicos. Mais uma vez, devido à falta de informação. Mas não é esse vilão todo que vemos na TV. É só você parar e fazer contas. As pessoas falam muito de resíduos dos agrotóxicos nos alimentos, só que ninguém dá parâmetros. Na minha pesquisa, cheguei à conclusão que os resíduos não causam problema nenhum. A gente consome todo tipo de resíduo de produtos muito mais tóxicos. O nosso organismo está preparado para isso. Quando a gente toma algum tipo de remédio, é a mesma coisa, pois está absorve esses elementos e depois o corpo mesmo elimina. Então o que eu fiz foi contextualizar a história, mostrar como funciona, como o agrotóxico age, quais são as quantidades, como funciona a questão do resíduo. Desmistificar um pouco também essa questão da agricultura orgânica, que é até endeusada. Mas eles também usam produtos químicos na

produção, mas isso ninguém conta.

Essa pesquisa que você promoveu é mais voltada aos produtores ou aos consumidores?

O livro, na verdade, foi feito mais para o público urbano. Claro que para o produtor também porque tem muita informação interessante. Ele vai aprender muito lendo o material. Mas o meu objetivo foi escrever esse livro em uma linguagem acessível também para o público urbano, que carece mais desse tipo de informação. Porque o produtor rural já sabe como funciona, usa há muito tempo, sabe que se usado devidamente, com os equipamentos de proteção, dificilmente vai ter algum tipo de problema. Agora, o público urbano já tem uma visão diferente, acha que só de chegar perto vai morrer. Que ele comendo um produto convencional vai ter problemas, desenvolver um câncer e isso não é verdade. Porque na verdade a gente já vem comendo produtos convencionais desde os anos 1950 e nunca ocorreu surto de doenças, nem nada. Isso levando em consideração que os produtos do passado eram muito mais agressivos. Aqueles eram agrotóxicos mesmo. Hoje em dia temos produtos muito mais amigáveis no mercado e que tem um nível de toxicidade mais baixo. Então a gente consome, todo dia, produtos mais perigosos, como a cafeína e/ou sal de cozinha, e ninguém tem medo disso.

Na sua visão, o consumidor está mais evoluído sobre como funciona a cadeia produtiva?

Ainda existe um preconceito muito grande em torno do assunto, não só do agrotóxico, mas do agronegócio em geral. Se não começarmos a contar essas histórias, mostrar o outro lado, a gente nunca vai mudar. Esse problema não é de hoje, e passa pela falta de comunicação. Esses ataques acontecem desde os anos 1990 no Brasil, ganharam força a partir dos anos 2000, só que nunca baseado em argumentos técnicos, científicos e numa linguagem acessível à população. E por outro lado esse mercado de orgânico vem crescendo muito nos últimos anos e por ser muito rentável, o outro lado tem um marketing forte. No livro eu mostro, baseado em pesquisas, que os orgânicos não são mais saudáveis, mais gostosos e nem mais sustentáveis, porque demandam mais áreas. Então por não terem vantagens práticas e comprováveis, essa turma tem que apelar para difamar o concorrente. E é isso que eles fazem, e muito bem.

Para onde caminha o agronegócio?

O agronegócio segue, cada vez, mais para a técnica. Hoje em dia a gente sabe que precisa mais de produção de alimentos, apesar de termos menos espaço disponível para produzir. Para isso, precisamos de muita tecnologia, especialmente sementes melhoradas, defensivos, mecanização e fertilização.

Quais são as adaptações necessárias por parte do pro-

ductor rural para que esteja pronto para o futuro?

Isso passa pela educação. Os produtores precisam realmente ter uma assistência técnica. É preciso aumentar essa questão para que as informações passem a chegar a um número maior de produtores. Temos 5 milhões de propriedades rurais no Brasil e é muito difícil atender todo mundo. Claro, temos ainda um problema no país de baixo nível de educação. Temos boas práticas, técnicas já disponíveis que podem ajudar a melhorar a produtividade, a vida no campo e principalmente a rentabilidade do produtor, mas que muitas vezes não são adotadas por falta de conhecimento.

Você acha que esse é grande desafio do agro hoje?

Acredito que sim. O agricultor e o pecuarista, de modo geral, sabem muito bem o que fazer. Só que muitas vezes essas técnicas já não são as mais eficientes. Já existem novas tecnologias e metodologias que podem ser aplicadas ao negócio e, muitas vezes, esses produtores nem sabem disso. Às vezes, ele pode até adotar isso facilmente, algo que não é tão custoso, mas, por desconhecimento, mesmo assim está produzindo menos do que poderia.

Que tipo de exemplos temos, de novas tecnologias e produtos, que interferem diretamente na vida dos produtores?

Na verdade, as principais balizas que temos hoje são a questão da fertilização da terra, as sementes melhoradas – não necessariamente transgênicas. E os agroquímicos também, que são amplamente adotados. O que eu considero mais moderno é o manejo mais eficiente, porque existe todo esse debate de produção convencional versus orgânico. Parece que há uma disputa de nós contra eles. Mas não é por aí. Eu acho que existe espaço para todo mundo. Inclusive, muitas técnicas da produção orgânica podem ser adotadas na convencional, reduzindo a utilização de defensivos, que gera uma economia também. As pessoas não param para pensar que o defensivo agrícola é um produto muito caro e, se o produtor puder usar menos, ideal para todo mundo. No fim das contas, acredito que o produtor precisa não apenas conhecer novas ferramentas, mas aprender a usar de forma mais eficiente aquilo que já existe.

Nesse cenário de mudanças rápidas e significativas no dia a dia dos produtores rurais, qual é o seu principal conselho?

Claro que eu não sou um defensor do uso indiscriminado de agrotóxico. Meu interesse é só mostrar o outro lado dessa história. O meu conselho ao produtor é: adote as boas práticas agropecuárias. Seja no modelo orgânico ou no convencional, se produzir de forma errada terá problemas. Agora, se bem produzidos, ambos são alimentos ótimos que ajudam a manter a pessoa e o produtor saudáveis. Então adote as boas práticas agrícolas.

A ORDEM DOS CAVALEIROS TEMPLÁRIOS

Com o objetivo de proteger os peregrinos cristãos em Jerusalém, após a conquista da cidade, a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão surgiu, em 1118, inspirada por São Bernardo, místico e ativista religioso que incentivava ações militares contra os “infieis” na Terra Santa. O grupo foi formado por nove cavaleiros franceses, entre eles Hugo de Payens e Geoffroy de Saint-Omer. Eles ocupavam uma ala do palácio real da cidade, construída em cima das ruínas do templo original de Salomão. A partir deste local que os cavaleiros tomaram seu nome de templários, e passaram a ser identificados pelo manto branco com a característica cruz vermelha e o símbolo de um cavalo montado por dois cavaleiros.

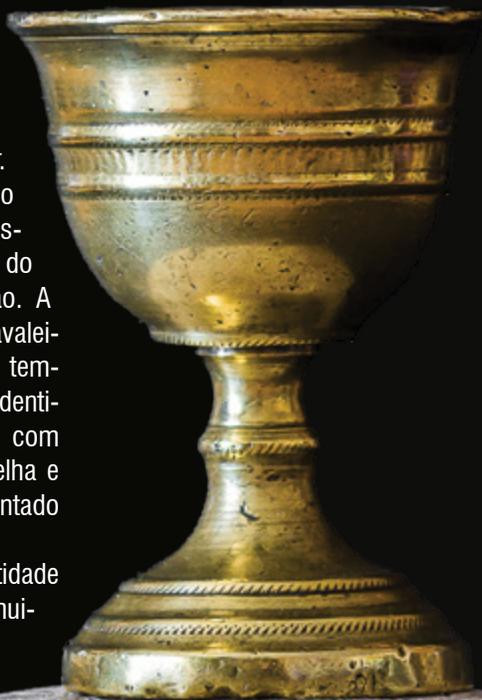
Apesar do voto de castidade e de pobreza, receberam muitas terras e castelos espa-

lhados por toda a Europa, doadas por benfeitores cristãos. Também se tornaram o embrião do sistema bancário privado, fazendo a proteção do transporte de valores e emprestando dinheiro com juros a reis, nobres e ao clero. A Ordem dos Cavaleiros Templários

tornou-se uma das mais destemidas e poderosas congregações militares do período marcado pelas Cruzadas, movimento militar cristão com o objetivo de ocupar e manter o domínio da Terra Santa.

Tal foi a sua importância, que, em 1139, a Ordem foi reconhecida oficialmente pelo Papado e ganhou isenções e privilégios, dentre os quais o de que seu líder teria o direito de se comunicar diretamente com o papa e o direito de construir seus próprios oratórios e serem enterrados neles.

A fortuna incalculável gerou diversas lendas. Uma delas diz que em sua sede, que foi uma doação do rei Balduino II, os cavaleiros teriam achado um grande tesouro. Outra versão é de um suposto encontro do Santo Graal, o cálice sagrado dos cristãos. Há outras de que a descoberta da América e do Brasil teria sido



A knight in chainmail armor, including a helmet and a surcoat with a red cross, holds a sword with a gold hilt. To the left, a shield with a red arrow is partially visible. The background is a dark, textured wall.

financiada com o dinheiro da Ordem e de seu envolvimento em conspirações nos bastidores da Revolução Francesa.

O crescente poder também trouxe problemas e grandes rivalidades. Filipe, o Belo, devia dinheiro à ordem e resolveu enfrentá-la, ordenando o confisco dos bens e a prisão dos cavaleiros que viviam em seu reino. Ele também havia solicitado sua entrada na ordem, porém, não foi aceito por se recusar à abdicar de suas riquezas e poderes. A partir desse momento começou sua perseguição à Ordem do Templo acusando-os de heresia. Isso se espalhou para outras regiões e os templários passaram a ser acusados de blasfêmia, corrupção, aliança com o Islã e homossexualismo.

O Papa forjou acusações pretensamente inspiradas por uma visão divina, na qual os guerreiros foram declarados culpados de heresia, de difamação do nome de Deus, bem como das coisas sagradas, de adorar outros deuses, de perversões sexuais e de praticarem magia. O Pontífice alegou ter obtido do Criador orientações para depurar o planeta, com a tortura dos cavaleiros templários, para assim convencê-los a confessar suas pretensas heresias.

Em 1312, o papa Clemente dissolveu a Ordem. Dois anos mais tarde, as sedes dos templários foram invadidas, os soldados presos, torturados e consumidos nas fogueiras, como hereges.

O último grão-mestre desta ordem, Jacques de Molay, ao ser executado em meio às chamas, teria lançado maldições a todos os seus perseguidores, principalmente ao Rei, ao Papa e a um cavaleiro, Guilherme de Nogaret, executor das ordens reais. Dentro de um ano, prazo estabelecido por Jacques para o encontro de seus adversários com Deus, os três amaldiçoados morreram.

O cardeal francês Jacques de Vitry descreve os templários como “leões de guerra e cordeiros no lar; rudes cavaleiros no campo de batalha, monges piedosos na capela; temidos pelos inimigos de Cristo, a suavidade para com seus amigos”.



O galope da equinocultura

Criação de cavalos de raça muda de status e se firma como uma atividade econômica que movimenta ampla cadeia produtiva

Por André Amorim

Paixão que ultrapassa fronteiras e gerações, a criação de cavalos de raça movimenta expressivas cifras econômicas. A ampla e diversificada cadeia produtiva envolve desde a produção de sementes de forrageiras para a alimentação até dentistas especializados em equinos e outros produtos e serviços que surgiram conforme as transformações da cultura.

Se antes esses animais tinham suas principais funções ligadas às lides do campo, seja levando na sela peões e vaqueiros, transportando cargas ou como força de tração, hoje os cavalos desfrutam de um lugar mais “nobre” e voltado ao lazer, onde são muito bem tratados para participar das provas e competições específicas de cada raça.

Essa mudança de status, que deixou o cavalo mais parecido com um animal de estimação do que com um parceiro de trabalho, traz consigo uma série de oportunidades antes inexistentes no agronegócio.

De acordo com a Câmara Setorial da Equideocultura do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimen-

to (Mapa), em 2016 (dado mais recente) o segmento de cavalos movimentou R\$ 16,15 bilhões, gerando 610 mil empregos diretos e 2,4 milhões indiretos em todo país. Profissionais das áreas de veterinária, nutrição, casqueamento, ferrageamento, criadores, domadores, jóqueis, zootecnistas e muitos outros encontram um valioso filão econômico na atividade.

“Notamos que cresceu bastante a criação do animal de esporte e lazer, assim como seus eventos. Isto proporciona maior investimento em cuidados com os animais, desde treinamento até cosméticos, passando por medicamentos e nutrição. Surgiu a necessidade de maior profissionalização e adaptação à crescente ‘clientela urbana’. Tem sido um movimento favorável tanto para geração de renda quanto de empregos no setor”, observa o coordenador do curso de Engenharia Agrônômica da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (Usp), Roberto Arruda de Souza Lima.



Segundo ele, é preciso desconstruir a imagem da equinocultura como um “hobby”. “Ao contrário, a equinocultura é forte geradora de renda e emprego, devendo ser tratada como atividade produtiva, merecedora de políticas como as demais criações e culturas, especialmente nos aspectos creditícios, fiscais e sanitários”, pontua Lima.

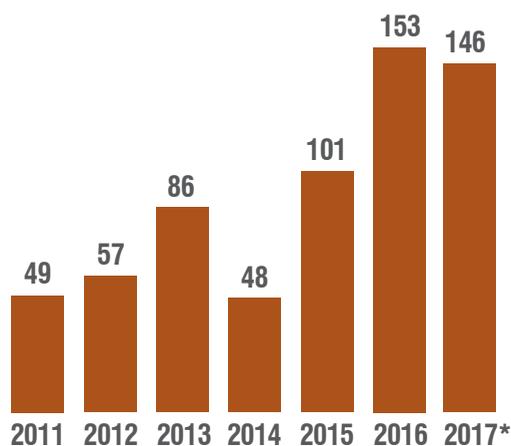
A preocupação do especialista tem respaldo nos dados nacionais sobre a atividade. Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rebanho brasileiro de equinos era de 5,57 milhões de animais em 2016. A região Nordeste responde pela maior fatia, com 23,23%, seguida de perto pelo Sudeste, com 23,22%. A região Sul detém 17,49% do rebanho nacional. O Paraná, com 297 mil cabeças das mais variadas raças e animais mestiços, responde por 5,33% da tropa brasileira.

Tropa expressiva

São mais de 20 raças representadas por associações de criadores, verdadeiras guardiãs da linhagem genética destes animais e responsáveis pelo Stud Book, arquivo oficial dos registros genealógicos de determinada raça. Dentre as mais difundidas no território brasileiro estão Mangalarga, Crioulo e Quarto-de-Milha, sendo segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), 300 mil Mangalargas Marchador, 278 mil Quartos-De-Milha, 197 mil crioulos, 186 mil Mangalargas, 88 mil Campolinas, 80 mil Árabes, 30 mil Puros Sangue Ingleses (PSI) e 25 mil

Appaloosas. Cada região do país tem características próprias que favorecem a criação desta ou daquela raça. No Paraná, por exemplo, a atividade equestre encontra forte eco na tradição do tropeirismo e na vocação rural.

Exportações de Animais Vivos - Paraná Equídeos



Fonte: Agrosat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC

2017* (janeiro a novembro)



Quarto-de-Milha

Nos últimos cinco anos, de acordo com informações da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto-de-Milha (ABQM), a raça movimentou cerca de R\$ 1,1 bilhão por meio de leilões em todo país, sendo comercializados 29 mil animais pela média de R\$ 38 mil cada um. Além disso, segundo a associação, a cada ano as competições e eventos oficiais distribuem prêmios que somam até R\$ 6,3 milhões.

A temporada 2018 dos eventos oficiais desta raça teve início no dia 19 de janeiro, na cidade de Paraíso do Norte (região Noroeste) com a realização da 2ª Copa dos Campeões e do 2º Derby de Laço Comprido em suas diversas categorias. O Paraná conta com 47,3 mil animais registrados, concentrando a segunda maior tropa da raça no país, atrás somente de São Paulo, que lidera o ranking nacional com 237 mil animais.

De acordo com Luiz Carlos Delgobbo, proprietário do Haras Louisiana, na Região Metropolitana de Curitiba, que trabalha com cavalos da raça, é possível notar uma diferença no perfil dos proprietários e participantes de competições. “Antigamente a gente notava que tinha pessoas de todas as classes, desde aquelas que tinham um cavalo de R\$ 2 mil e iam brincar na prova. Hoje o perfil do proprietário é outro, com visão de negócio”, avalia.

Com 13 cocheiras para abrigar os animais, Delgobbo cobra R\$ 650 por cavalo por mês. Se além da alimentação e dos cuidados o proprietário quiser treinar o animal, o custo

fica em R\$ 800 por mês. Mesmo em um momento de recente crise econômica, onde muitas vezes os recursos para o lazer são os primeiros a serem cortados, o empresário está com o haras lotado.

Raça e tradição

A paixão e as cifras expressivas não são exclusividade do Quarto-de-Milha. Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Crioulo (ABCCC), a comercialização de animais desta raça movimentou R\$ 131,82 milhões no Brasil em 2017, cifra 41% maior do que a registrada no ano anterior. Essa expansão é reflexo da procura por estes animais para participar de competições e também para seu uso na pecuária extensiva, realizada principalmente na região Central do país. De acordo com a ABCCC, janeiro deste ano registrou um aumento de 14,9% no número de eventos da raça e 18,6% de animais participantes. Hoje a tropa paranaense de cavalos crioulos soma mais de 22 mil cabeças.

Outra raça expressiva por aqui é o Mangalarga. De acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos da Raça Mangalarga (ABCCRM), os dez principais leilões da raça em 2017 movimentaram cerca de R\$ 15 milhões, sem contar dezenas de remates de pequeno porte e vendas diretas dos criadores, cuja movimentação financeira é de difícil mensuração.

O Paraná é um importante polo de difusão da raça, que tem em Londrina (Norte) e Tijucas do Sul (Região Metropolitana de Curitiba) seus principais centros. A “capital do Norte” já sediou em duas ocasiões a Exposição Nacional do Cavalo Mangalarga, principal mostra desta raça. De acordo com a associação, hoje existem cerca de 3 mil animais registrados no Paraná.

SENAR-PR

Atento às mudanças que vêm se apresentando na equinocultura, o SENAR-PR realizou, no final de 2017, um encontro com os instrutores dos cursos desta área para o alinhamento técnico. O objetivo é remodelar as atuais capacitações na área de equinos.

Hoje o SENAR-PR possui dois tipos de formação na área, ‘Trabalhador na Equideocultura’, que se divide nos cursos ‘Avaliação de Aprumos, Casqueamento e Ferrageamento Equino’ e ‘Rédeas’. A segunda formação é ‘Trabalhador na Doma Racional de Equídeos’ e traz o curso de ‘Adestramento’.

Exportação

Acompanhando a expansão da atividade, a exportação de equídeos (que além de cavalos inclui asininos e muares) também cresce ano a ano (veja o gráfico na página 23). Em 2017 o Brasil exportou 455 animais vivos, somando US\$ 6,6 milhões, destes, 146 saíram do Paraná.

Apesar de não existir criações de equídeos específicas para produção de proteína, o abate e o comércio da carne são feitos de modo a aproveitar os animais que foram descartados por motivos diversos. O Brasil é o oitavo maior exportador mundial deste tipo de produto. Em 2017 foram exportadas cerca de 2,7 mil toneladas de carne de equídeos, somando US\$ 6,2 milhões. Naquele ano o Paraná exportou 460 toneladas de carne, sendo os principais destinos a Bélgica e o Japão.



As características de cada raça



Quarto-de-Milha

Animal de extrema docilidade, conseguindo partidas rápidas, paradas bruscas, grande capacidade de mudar de direção e enorme habilidade de girar sobre si mesmo. Dentre suas qualidades genéticas destacam-se a marcante estrutura morfológica, velocidade, docilidade e, principalmente, sua versatilidade em executar funções atléticas nas mais variadas modalidades



Mangalarga

Cavalo de sela por excelência, demonstra grande aptidão tanto para o trabalho no campo como para as cavalgadas e os esportes equestres. A marcha trotada, é a característica que torna a Mangalarga única entre as raças equinas, proporcionando um andamento progressivo, cômodo e equilibrado, ideal para a prática de atividades como as cavalgadas, raids e enduros de regularidade.



Crioulo

A rusticidade e a resistência são as principais características do Cavalo Crioulo, o que faz a raça ter sucesso junto a criadores e usuários dos mais diversos perfis, desde o uso em provas como também no trabalho a campo e no lazer. Os cavalos da raça Crioula possuem musculatura extremamente consistente e estrutura óssea compacta, o que lhe assegura agilidade nos movimentos.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 12 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 27 de fevereiro de 2018, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em fevereiro de 2018 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de março de 2018.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de fevereiro de 2018, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2018 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,74%	55,42	1,53%	54,67
AME	55,95%	49,07	52,66%	56,91
EAC - ME	1,38%	2.208,95	1,93%	1.850,03
EAC - MI	23,94%	2.084,44	18,37%	1.711,06
EA - of	0,17%	2.186,46	0,05%	1.879,28
EHC - ME	0,00%	-	0,25%	1.529,61
EHC - MI	17,54%	1.860,64	24,12%	1.509,87
EH - of	0,28%	1.893,04	1,09%	1.477,37
obs: EAC - ME + MI + of				
	25,48%	2.091,84	20,35%	1.724,66
EHC - ME + MI + of				
	17,89%	1.861,16	25,46%	1.508,68

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,74%	0,6284	1,53%	0,6199
AME	55,95%	0,5586	52,66%	0,6478
EAC - ME	1,38%	0,7772	1,93%	0,6509
EAC - MI	23,94%	0,7334	18,37%	0,6020
EA - of	0,17%	0,7692	0,05%	0,6612
EHC - ME	0,00%	-	0,25%	0,5616
EHC - MI	17,54%	0,6832	24,12%	0,5544
EH - of	0,28%	0,6951	1,09%	0,5425
Média		0,6266		0,6152
obs: EAC - ME + MI + of				
	25,48%	0,7360	20,35%	0,6068
EHC - ME + MI + of				
	17,82%	0,6834	25,46%	0,5539

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	1,50%	54,67
AME	52,98%	56,71
EAC - ME	1,90%	1.850,03
EAC - MI	18,31%	1.716,09
EA - of	0,05%	1.879,28
EHC - ME	0,25%	1.529,61
EHC - MI	23,94%	1.512,91
EH - of	1,07%	1.477,37

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	1,50%	0,6199
AME	52,98%	0,6456
EAC - ME	1,90%	0,6509
EAC - MI	18,31%	0,6038
EA - of	0,05%	0,6612
EHC - ME	0,25%	0,5616
EHC - MI	23,94%	0,5555
EH - of	1,07%	0,5425
Média		0,6148

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	67,13	74,99
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	67,13	74,99

Maringá, 27 de fevereiro de 2018

MARIO T. GONDO / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice-presidente

Herdeiros do Campo em Paranavaí

As primeiras 10 famílias de Paranavaí, na região Noroeste do Estado, que irão participar do curso Herdeiros do Campos, do SENAR-PR, já estão definidas. Por meio do fomento do Sindicato Rural de Paranavaí e da FAEP, o grupo, formado por diversas gerações, busca, por meio do programa, preparar os produtores e familiares para a sucessão. No

final de janeiro, o consultor da FAEP Antônio Poloni fez uma apresentação do programa a um grupo de associados do Sindicato. “Todos têm direito à herança. Sucessão é um trabalho de gestão do processo produtivo e dos investimentos que foram feitos ao longo dos anos”, explicou.

As aulas irão começar em abril. Os cinco encontros acontecem com intervalos de duas semanas, e terão como temas sucessão e governança na empresa, visão estratégica da empresa rural, a empresa rural e seus cenários, mediação de conflitos e a construção da confiança e, também, o aprendizado e a prática

Leite em pauta

Nos dias 8 e 9 de maio acontece o Interleite Sul, evento que aborda casos de sucesso, gestão, sistemas de produção, tecnologia, tendências de mercado e competitividade aplicada na pecuária de leite. A edição 2018 irá acontecer na cidade de

Chapecó, em Santa Catarina. O evento parte do princípio de que há um processo de transformação ocorrendo no setor, em que a região Sul é protagonista. Os dois dias contam com uma extensa programação, incluindo o case da Aliança Sul Láctea. O coordenador da entidade e consultor da FAEP, Ronei Volpi, irá realizar a palestra ‘A Aliança Sul Láctea: agenda de competitividade para o leite do Sul do país’.



FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/01/2018

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	312,71		-	-	-	-	40,93	271,78
Serviços D.S.A.	403.544,18		-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	40.962.992,32	-	2.341.952,64	-	47.602.378,02
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.242.815,73	-	181.518,99	-	16.595.222,56
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.116.098,90	-	-	-	7.940.633,53
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	160.973,94	-	-	-	238.296,72
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	15.799,35	-	-	-	21.637,96
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	201.908,48	-	-	-	285.916,39
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.494,71	4.624.105,00	141.031,00	49.839.269,80	542.225,27	2.664.502,63	77.608,36	72.606.789,52
SALDO LÍQUIDO TOTAL								72.606.789,52

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



MARINGÁ

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COLHEDORAS

O Sindicato Rural de Maringá realizou, de 2 e 6 de outubro de 2017, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial – Norma Regulamentadora 31.12. O instrutor foi Alcione Ristof com a participação de oito pessoas.



CIDADE GAÚCHA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

O Sindicato Rural de Cidade Gaúcha realizou, nos dias 17 e 18 de janeiro, o curso Condutores de Veículos – DETRAN - atualização - movimentação e operação de produtos perigosos – MOPP. O instrutor foi Aparecido Vieira e o curso teve a participação de 24 pessoas.



CIANORTE

PROGRAMA HORTIMAIS

O Sindicato Rural de Cianorte realizou o Programa Hortimais – Colheita e Pós Colheita, de 21 e 29 de novembro de 2017. Participaram 10 pessoas com a instrutora Beatriz Santos Meira.



RONDON

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - norma regulamentadora 31.8 foi realizado pelo Sindicato Rural de Rondon, de 22 a 24 de janeiro. O instrutor foi Antonio Carlos Lordani e participaram 12 pessoas.



SERTANÓPOLIS

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES

O Sindicato Rural Sertanópolis realizou, no dia 18 de janeiro, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - operação de implementos - semeadeira e plantadeira. Participaram 11 pessoas com o instrutor Carlos Eduardo Pinto Lima Graziano.



TOLEDO

JAA

O Sindicato Rural de Toledo realizou o curso JAA - Jovem Agricultor Aprendiz - cenário agrossilvipastoril - mecanização agrícola na Escola Estadual do Campo de Dez de Maio, de 15 a 31 de janeiro. O instrutor foi João Carlos Gonçalves e participaram nove pessoas.



PONTA GROSSA

ANIVERSÁRIO

No dia 28 de fevereiro, o Sindicato de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, comemorou 54 anos. Na ocasião, a diretoria realizou uma reunião para debater o andamento da safra na região e outros assuntos de interesse dos produtores rurais.



DOURADINA

PANIFICAÇÃO

O Sindicato Rural de Umuarama realizou o curso de Panificação, nos dias 22 e 23 de novembro de 2017. A instrutora foi Renata Cardoso e participaram 11 pessoas.

VIA RÁPIDA

Escrita longa

Um lápis inteiro conseguiria desenhar uma linha de 56 quilômetros ou escrever aproximadamente 50 mil palavras.



101 Dalmatas

Para fazer o desenho dos 101 dálmatas, os desenhistas dos estúdios Disney gastaram 3.028 litros de tinta para as 6.469.952 manchinhas.



OK!

Durante a Guerra de Secessão, quando as tropas voltavam para o quartel após uma batalha sem nenhuma baixa, escreviam numa imensa placa "O Kiled" (zero mortos). Daí surgiu a expressão O.K. para indicar que tudo está bem.

Micro-ondas

O forno de micro-ondas surgiu quando um pesquisador da Nasa, agência espacial norte-americana, estudando as ondas percebeu que elas haviam derretido o chocolate no bolso de seu casaco que estava ao lado de um aparelho transmissor de micro-ondas.



Nas alturas

A girafa nasce com dois metros e não se deitam para dar à luz. Ou seja, a cria despenca dessa altura.



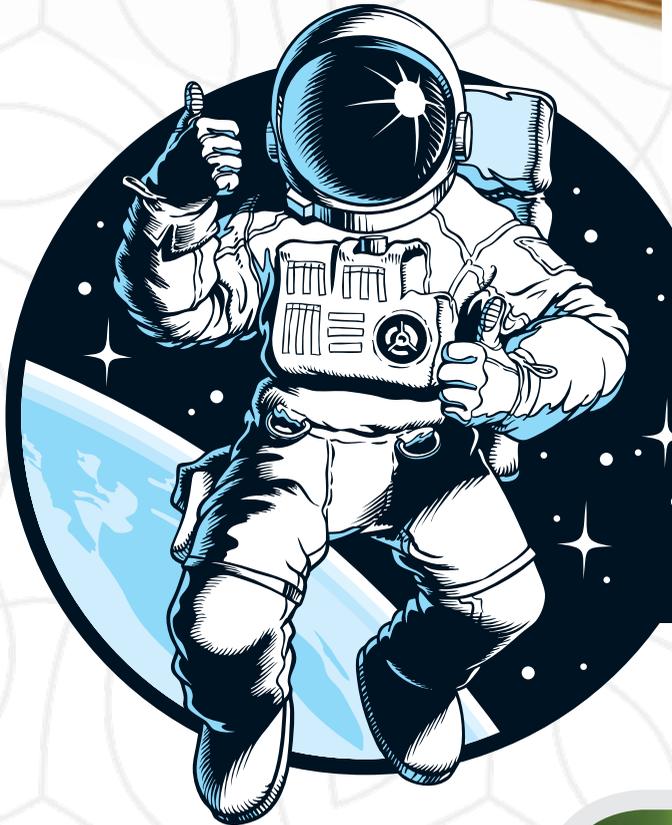
Dentes brancos

A primeira escova usada para limpar os dentes surgiu na China, em 1498, com as cerdas feitas com pelos de porco, que foram posteriormente substituídos pelos de cavalo.



Menores do mundo

Os menores países do mundo são: Vaticano (0,44 Km²); Mônaco (1,95 Km²), Nauru (21 Km² - foto) e Tuvalu (26 Km²)



Guarde isso

Se você está pensando em fazer uma viagem espacial, não esqueça que astronautas são proibidos de comer feijão antes de suas viagens porque os gases podem danificar as roupas espaciais.

Sem autorização

A única palavra inglesa de 15 letras sem letras repetidas é 'uncopyrightable', cuja tradução é o título desta nota.



UMA SIMPLES FOTO



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

